D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 19 de Novembro de 2025
Subsecretaria de Comunicação
Ano XXI Edição Nº 2407
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

Atenção, pais e responsáveis!

O calendário de matrículas e rematrículas da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2026 já está disponível.

Confira as datas, procure a unidade de ensino mais próxima, e garanta a vaga dos estudantes para o próximo ano.

Os prazos de renovação de matrícula são válidos para todas as escolas municipais e CEIMs.

Educação de qualidade começa com organização e cuidado!



PREFEITO
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

VICE-PREFEITO
LUCAS DA SILVA VENITO

CHEFE GERAL DE GABINETE
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RENATO DELMIRO CABRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO
MARCELLO COSTA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCAS DA SILVA VENITO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
PAULO ROGÉRIO GONÇALVES ESCARANI

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
RODRIGO SANTOS BONDIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANDERSON BRITO DE QUADROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
VITOR TENÓRIO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
NELSON LEITE DA SILVA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
LIDIO COUTO AMORIM

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

PRESIDENTE
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

VICE PRESIDENTE
MAIR ARAÚJO BICHARA

1° SECRETÁRIO
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

2° SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

VEREADORES:
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA CARVALHO
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

ERRATA DO TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2025-SMTE E TERMO RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14683/2025
Publicados no Diário Oficial do Município de Mangaratiba de 18 de novembro de 2025 - Ano XXI - Nº 2406- páginas 68 a 70
O Município de Mangaratiba vem informar que :

ONDE LÊ-SE:
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14686/2025

LEIA-SE:
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14683/2025

ERRATA DO TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2025-SMTE E TERMO RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14686/2025

Publicados no Diário Oficial do Município de Mangaratiba de 18 de novembro de 2025 - Ano XXI - Nº 2406- páginas 71 a 73
O Município de Mangaratiba vem informar que :

ONDE LÊ-SE:
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14683/2025

LEIA-SE:
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14686/2025

ERRATA DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 039/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº : 5334/2025
PÁGINA: 22
OBJETO: Locação de computadores (desktops) e notebooks novos e atualizados, por meio de Ata de Registro de Preços. ATA de registro de preços será formalizado junto a empresa especializada, sob a forma de serviço de outsourcing de infraestrutura de TI, responsável pelo fornecimento, manutenção, suporte técnico e substituição dos equipamentos locados, conforme aplicável. A presente observará as especificações técnicas, quantitativos e demais condições estabelecidas neste documento, com vistas à modernização, padronização e ampliação do parque tecnológico da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, a fim de suprir a atual insuficiência de equipamentos e atender de forma adequada todas as unidades administrativas.

ONDE LÊ-SE:
O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura;

LEIA-SE:
17.3 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, por meio de Termo Aditivo, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/21.

Mangaratiba, 19 de novembro de 2025.
Mariana de Vasconcellos Pontes Alves
Agente de Contratação/Pregoeiro
Portaria nº: 3183/2025

EXTRATO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2025 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO SRP N° 005/2025-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10324/2025 – ADESÃO N° 20/2025 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE MANGARATIBA
Fornecedor Registrado: 2L COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ N° 54.019.311/0001-21
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Adesão a Ata de Registro de Preços n° 026/2025 da Secretaria Municipal de Educação, oriundo do processo administrativo n° 14362/2024, apenso ao PA 13.322/2024, para contratação de empresa especializada em fornecimento de material de expediente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e suas unidades administrativas. O valor estimado da Adesão equivalente à 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da referida Ata, que corresponde ao valor correspondente de R$ 864.860,25 (oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos), com os itens aderidos detalhados na planilha anexa, que é parte integrante do processo, em conformidade com a Lei n° 14.133/21, 10.520/02 e Decreto 4.595/2021 e 4953/2023, com condições, descrição, quantidade e exigências estabelecidas no termo de referência, Edital do Pregão eletrônico por Registro de Preços nº 026/2025 e seus anexos, que é parte integrante do procedimento administrativo, assim como a tabela contida no termo de referência e fornecida pela Secretaria gerenciadora da presente ADESÃO.

Fundamentação legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Lei Federal n.º 10.520/02, no Decreto n.º 4.595/2021 e 4953/2023 ambos do Município de Mangaratiba
Dotação Orçamentaria: 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1665. 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.16653, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1669, 04.01.01.08.244.0017.2049.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2055.3.3.90.30.00.1660, 04.01.01.08.244.0017.2082.3.3.90.30.00.1660, 04

.01.01.08.244.0017.2083.3.3.90.30.00.1665, 02.09.01.08.244.0017.2035 .3.3.90.30.00.1500, 02.09.01.08.244.0017.2043.3.3.90.30.00.1500, 02.0 9.01.08.244.0019.2003.3.3.90.30.00.1500
Valor: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da referida Ata, que corresponde ao valor correspondente de R$ 864.860,25 (oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos
Prazo: A validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, sendo está de 04/07/2025 à 04/07/2026.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 12 de novembro de 2025.

EXTRATO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2025 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO SRP N° 005/2025-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10324/2025 – ADESÃO N° 21/2025 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE MANGARATIBA
Fornecedor Registrado: THALIA REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, CNPJ sob o n° 45.203.425/001-36
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Adesão a Ata de Registro de Preços n° 027/2025 da Secretaria Municipal de Educação, oriundo do processo administrativo n° 14362/2024, apenso ao PA n° 13.322/2024 para contratação de empresa especializada em fornecimento de material de Expediente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e suas unidades administrativas. O valor estimado da Adesão equivalente à 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da referida Ata, que corresponde ao valor correspondente de R$ 435.897,64 (quatrocentos e trinta e cinco mil, e oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos), com os itens aderidos detalhados na planilha anexa, que é parte integrante do processo, em conformidade com a Lei n° 14.133/21, 10.520/02 e Decreto 4.595/2021 e 4953/2023, com condições, descrição, quantidade e exigências estabelecidas no termo de referência, Edital do Pregão eletrônico por Registro de Preços nº 005/2025 e seus anexos, que é parte integrante do procedimento administrativo, assim como a tabela contida no termo de referência e fornecida pela Secretaria gerenciadora da presente ADESÃO.

Fundamentação legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Lei Federal n.º 10.520/02, no Decreto n.º 4.595/2021 e 4953/2023 ambos do Município de Mangaratiba
Dotação Orçamentaria: 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1665. 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.16653, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1669, 04.01.01.08.244.0017.2049.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2055.3.3.90.30.00.1660, 04.01.01.08.244.0017.2082.3.3.90.30.00.1660, 04.01.01.08.244.0017.2083.3.3.90.30.00.1665, 02.09.01.08.244.0017.2035 .3.3.90.30.00.1500, 02.09.01.08.244.0017.2043.3.3.90.30.00.1500, 02.09.01.08.244.0019.2003.3.3.90.30.00.1500
Valor: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da referida Ata, que corresponde ao valor correspondente de R$ 435.897,64 (quatrocentos e trinta e cinco mil, e oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos)
Prazo: A validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, sendo está de 04/07/2025 à 04/07/2026.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 12 de novembro de 2025.

EXTRATO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2025 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO SRP N° 005/2025-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10324/2025 – ADESÃO N° 22/2025 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE MANGARATIBA
Fornecedor Registrado: MPJ DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ sob o n° 06.033.582/0001-99
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Adesão a Ata de Registro de Preços n° 028/2025 da Secretaria Municipal de Educação, oriundo do processo administrativo n° 14362/2024, apenso ao PA n° 13.322/2024 para contratação de empresa especializada em fornecimento de material de Expediente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e suas unidades administrativas. O valor estimado da Adesão equivalente à 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da referida Ata, que corresponde ao valor correspondente de R$ 480.216,22 (quatrocentos e oitenta mil, e duzentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos), com os itens aderidos detalhados na planilha anexa, que é parte integrante do processo, em conformidade com a Lei n° 14.133/21, 10.520/02 e Decreto 4.595/2021 e 4953/2023, com condições, descrição, quantidade e exigências estabelecidas no termo de referência, Edital do Pregão eletrônico por Registro de Preços nº 005/2025 e seus anexos, que é parte integrante do procedimento administrativo, assim como a tabela contida no termo de referência e fornecida pela Secretaria gerenciadora da presente ADESÃO.
Fundamentação legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Lei Federal n.º 10.520/02, no Decreto n.º 4.595/2021 e 4953/2023 ambos do Município de Mangaratiba
Dotação Orçamentaria: 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1665. 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.16653, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1669, 04.01.01.08.244.0017.2049.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2055.3.3.90.30.00.1660, 04.01.01.08.244.0017.2082.3.3.90.30.00.1660, 04.01.01.08.244.0017.2083.3.3.90.30.00.1665, 02.09.01.08.244.0017.2035 .3.3.90.30.00.1500, 02.09.01.08.244.0017.2043.3.3.90.30.00.1500, 02.09.01.08.244.0019.2003.3.3.90.30.00.1500

Valor: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da referida Ata, que corresponde ao valor correspondente de R$ 480.216,22 (quatrocentos e

oitenta mil, e duzentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos)
Prazo: A validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, sendo está de 04/07/2025 à 04/07/2026.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 12 de novembro de 2025.

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 002/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 15692/2023 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO CENTRO EDUCACIONAL REBRAL
Objeto: O presente termo tem por objeto a alteração da cláusula segunda do Termo de Colaboração n° 002/2024, que tem por escopo a celebração de parceria na modalidade Termo de Colaboração para credenciamento de vagas para atendimento educacional e nutricional ás crianças de 06 (seis) meses a 03 (três) anos e 11 (onze) meses no período mínimo de 08 (oito) horas diárias, de segunda-feira à sexta-feira, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas no chamamento público -SMEEL n° 01/2024 e Plano de Trabalho.
DA ALTERAÇÃO: Pelo presente instrumento fica alterado a Cláusula Segunda do Termo de Colaboração n° 002/2024 passando a vigorar com a seguinte redação e o Seguinte quadro:
"O presente Termo de Colaboração n° 002/2024, que tem por escopo a celebração de parceria na modalidade Termo de Colaboração para credenciamento de vagas para atendimento educacional e nutricional às crianças, no período mínimo de 08 (oito) horas diárias, de segunda-feira à sexta-feira, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas no chamamento público -SMEEL n° 01/2024 e Plano de Trabalho".
Parágrafo Único: Público Alvo

TIPO	CRECHE	IV- 4° Distrito Muriqui
OFERTA PARA ATENDIMENTO	BERÇARIO B	28
	NÍVEL I	47
	NÍVEL II	40
	NÍVEL III	50
	NÍVEL IV	50
TOTAL		215

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Colaboração Primitivo, firmado entre as partes, não alteradas pelo presente Termo Aditivo
Data da Assinatura: Mangaratiba, 13 de novembro de 2025.

EXTRATO DO 9° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO N° 024/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 14903/2022 APENSO 13207/2021- PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADA: VICTOR HUGO MOREIS DA CRUZ 15975310733
Fundamentação Legal: art. 57, II § e 4° da lei 8.666/93
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo pelo período de 6 (seis) meses ao Contrato n° 024/2022, que tem por escopo a prestação de serviço de remoção de veículos automotores, envolvidos em infrações de Trânsito, em logradouros públicos, de acordo com a Lei Federal Nº 9503, de 23 de setembro de 1997, e a Lei Municipal Nº 571, de 14 de maio de 2007, conforme Termo de Referência.
Prazo: Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do contrato n° 024/2022, por mais 06 (seis) meses, contados a partir do término do 8° termo aditivo ao contrato primitivo, com início em 17/11/2025 e término em 14/05/2026.
Valor: Dá-se a este Termo Aditivo o valor global de R$ 366.132,36 (trezentos e sessenta e seis mil, cento e trinta e dois reais e trinta e seis centavos).
Dotação Orçamentária: n°02.18.01.04.122.0004.2041.3.3.90.39.00.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 17, de novembro de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO N° 066/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10324/2025- ORIUNDO DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025- PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: 2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021, e suas alterações
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de material escritório/expediente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e suas unidades administrativas, cujas condições, descrições, quantidades e exigências, encontram-se especificadas no Termo de Referência parte integrante deste procedimento.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento.
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária n° 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1665. 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.16653, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1669, 04.01.01.08.244.0017.2049.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2055.3.3.90.30.00.1660, 04.01.01.08.244.0017.2082.3.3.90.30.00.1660, 04.01.01.08.244.0017.2083.3.3.90.30.00.1665, 02.09.01.08.244.0017.2035.3.3.90.30.00.1500, 02.09.01.08.244.0017.2043.3.3.90.30.00.1500, 02.09.01.08.244.0019.2003.3.3.90.30.00.1500
Valor: Dá-se a este contrato o valor global estimado de R$ 864.860,25 (oitocentos e sessenta e quatro mil, e oitocentos e sessenta reais e vinte e

cinco centavos)
Data da Assinatura: Mangaratiba, 14 de novembro de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO N° 067/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10324/2025- ORIUNDO DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025- PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: THALIA REPRESENTAÇÕES E COMERCIO LTDA
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021, e suas alterações
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de material escritório/expediente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e suas unidades administrativas, cujas condições, descrições, quantidades e exigências, encontram-se especificadas no Termo de Referência parte integrante deste procedimento.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento.
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária n° 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1665. 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.16653, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1669, 04.01.01.08.244.0017.2049.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2055.3.3.90.30.00.1660, 04.01.01.08.244.0017.2082.3.3.90.30.00.1660, 04.01.01.08.244.0017.2083.3.3.90.30.00.1665, 02.09.01.08.244.0017.2035.3.3.90.30.00.1500, 02.09.01.08.244.0017.2043.3.3.90.30.00.1500, 02.09.01.08.244.0019.2003.3.3.90.30.00.1500
Valor: Dá-se a este contrato o valor global estimado de R$ 435.897,64 (quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos)
Data da Assinatura: Mangaratiba, 14 de novembro de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO N° 068/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10324/2025- ORIUNDO DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025- PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: MPJ DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021, e suas alterações
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de material escritório/expediente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e suas unidades administrativas, cujas condições, descrições, quantidades e exigências, encontram-se especificadas no Termo de Referência parte integrante deste procedimento.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento.
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária n° 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1665. 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.16653, 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.00.1669, 04.01.01.08.244.0017.2049.3.3.90.30.00.1661, 04.01.01.08.244.0017.2055.3.3.90.30.00.1660, 04.01.01.08.244.0017.2082.3.3.90.30.00.1660, 04.01.01.08.244.0017.2083.3.3.90.30.00.1665, 02.09.01.08.244.0017.2035.3.3.90.30.00.1500, 02.09.01.08.244.0017.2043.3.3.90.30.00.1500, 02.09.01.08.244.0019.2003.3.3.90.30.00.1500
Valor: Dá-se a este contrato o valor global estimado de R$ 480.216,22 (quatrocentos e oitenta mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos)
Data da Assinatura: Mangaratiba, 14 de novembro de 2025.

PORTARIA N.º 3644 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 2693/2025,
RESOLVE:
Exonerar, a pedido, o(a) Senhor(a) LUZINETE SOUSA NASCIMENTO, do Cargo de ASSESSOR DE CONTROLE E ROTINA DAS UNIDADES ESCOLARES, símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2025 .

PORTARIA N.º 3646 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 1878/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) LUCAS BERNABE DE OLIVEIRA, do Cargo de ASSESSOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2025 .

PORTARIA N.º 3647 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 1087/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) ROSANGELA DE OLIVEIRA CARNEIRO, do Cargo de ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DAS UNIDADES ESCOLARES, símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2025 .

PORTARIA N.º 3650 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 1485/2025,

RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) FELIPE DA SILVA PIRES, do Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2025 .

PORTARIA N.º 3645 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RHANIELI FERNANDES DOS SANTOS DE ARAUJO, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2025.

PORTARIA N.º 3648 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) FABRICIO LUIZ PORCINO ALVES, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2025.

PORTARIA N.º 3649 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ANA CLARA SEIXAS DE NOVAIS ROCHA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2025.

PORTARIA N.º 3651 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) WESLEY ANDRADE BAPTISTA, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 01 de novembro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 19 de novembro de 2025.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

PORTARIA ADM. N.º 1461 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) ANDREA CRISTINA SIMOES DE OLIVEIRA, PROFESSOR II, matricula n° 1583, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2019/2024, com efeito retroativo a partir de 01/11/2025 a 29/01/2026, conforme processo n°. 12455/2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 18 de novembro de 2025.
Luciana Campos Pereira da Silva Santos
Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Portaria nº 2042/2025

PORTARIA ADM. N.º 1474 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) SUELI MOREIRA FERREIRA DOS ANJOS, SERVENTE ESCOLAR, matricula n° 2899, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 180 (CENTO E OITENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, 2015/2020, com efeito retroativo a partir de 03/11/2025 a 01/05/2026, conforme processo n°. 10912/2025.

PORTARIA ADM. N.º 1475 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4953 de 30 de novembro de 2023,
RESOLVE:
Art.1º Designar AMANDA MACHADO DA SILVEIRA DOS RAMOS, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO e como Suplente IGOR ROSA RODRIGUES, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, referente a contratação da Empresa abaixo

relacionada, oriunda do processo administrativo n° 11761/2025.
• CONTRATO N° 064/2025 – COMERCIAL FOODCHEF LTDA – CNPJ: 31.877.082/0001-80;
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 03 de novembro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 19 de novembro de 2025.
Luciana Campos Pereira da Silva Santos
Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Portaria nº 2042/2025

PORTARIA DEFESA CIVIL Nº 012 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Art.14, inciso I., letra a., da Lei 909, de 16 de dezembro de 2013, torna público o Auto de Desinterdição n° 05/2025, de 19 de novembro de 2025, baseado na Análise Técnica de Risco e Danos (ATRD) n° 067/2025, da Secretaria Municipal de Defesa Civil e na Anotação de Responsabilidade Técnica - ART nº 2020250294515 e 2020250231192, responsável técnico Leonardo de Paula Almeida, Processo nº 9644/2025 - 14030/2025 e 5753/2024, referente a vistoria em estrutura edificada, sito a Praça Luiz Quatropanni, nº 140, Itacuruçá, Mangaratiba-RJ.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao que dispõe o Edital nº 002/2025,
RESOLVE:
Considerando o Art. 8º, que determina a divulgação da lista final dos candidatos homologados ao Conselho Municipal de Turismo de Mangaratiba até o dia 19 de novembro de 2025,

Segue a lista de candidatos e os respectivos segmentos que irão concorrer:

1. Guias de Turismo
Edson Luís Bonadiman
Aparecida Edna Rodrigues
Osmar Estanislau
Francisco de Assis Mendes
Emmanuel Montez Lucas

2. Turismo Náutico
Daniel Dias dos Reis Neto
Alan Oliveira Firmo Lopes
Lexandro Gomes Pires
João da Silva Vidal
Josemar de Araujo
Luís Fabiano Narciso dos Santos

3. Transportadora
Fábio Ramos da Silva
Ronaldo de Oliveira Ramos

4. Hospedagem
Telmo Moreno Vieira
Liana Maria Meireles Vieira
Julia de Paula Mendes da Silva
Emil Crokidakis Castro

5. Gastronomia Sustentável / Restaurantes e Comércio
Christiane Souza de Anunciação da Silva
Eduardo Castanheira do Prado
Elisabete de Souza Vasconcelos
Thereza Santana de Oliveira
Mara Lucia de Azevedo Minair Gonçalves

6. Agências
Rafael Vidinhas de Carvalho
Rogério Cardoso de Brito
Raphael Vasconcellos Brasil Carmo
Jamine Gomes da Silva

7. Sociedade Civil Organizada
Leonardo Flach
Yuri Barros Galvão

8. Turismólogo
Thiago Rocha Ferder
Cristiane Leporage
Maria Eduarda Correa Rangel Araújo

GOVERNO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

DECRETO N.º 5.198, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais **e tendo em vista o Processo Administrativo n° 13275/2025**,

D E C R E T A:

Art. 1.º Fica considerado estável, de acordo com o artigo 31, da Lei n.º 05/91 e Emenda Constitucional n.º 19/98, que deu nova redação ao Artigo 41 da Constituição Federal do Brasil, o Servidor aprovado no Concurso Público realizado em 2021, homologado em 08 de agosto de 2022, conforme Edital n.º 05/2022, admitido conforme a data de admissão ao lado do respectivo nome, constante na relação que passa a ser parte integrante do presente Decreto.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 22 de outubro de 2025.

Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

Republicação por conter erro material (publicado no DOM 2390, de 22/10/25, páginas 8 e 9).

GOVERNO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

CÓDIGO	NOME DO SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	CPF
10969	DIEGO SILVA SILVEIRA	06/01/2023	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	13488054713

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 5200 DE 24 DE OUTUBRO DE 2025.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM FAVOR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL NO ORÇAMENTO VIGENTE"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92, VII e no art. 107, I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o art. 05 da Lei nº 1.576/2024 - Lei Orçamentária Anual para 2025, que autorizam a abertura de créditos adicionais suplementares nas hipóteses e limites que menciona::

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica aberto Crédito Suplementar, alterando o orçamento vigente no valor **de R$ 8.381.697,99 (oito milhões trezentos e oitenta e um mil seiscentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos), em favor de FUNDACAO MARIO PEIXOTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGARATIBA, PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Ficha	Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
1	03.01.01.10.122.0007.2014	3.1.90.11.00	15001002	R$500.000,00	
26	05.01.01.04.122.0019.2046	3.3.90.30.00	17040000	R$8.496,00	
57	03.01.01.10.302.0007.2024	4.4.90.52.00	16210000	R$481.000,00	
75	03.01.01.10.301.0007.2087	3.3.90.39.00	16000000	R$2.300.000,00	
78	03.01.01.10.302.0007.2088	3.3.90.39.00	16000000	R$3.850.000,00	
79	03.01.01.10.301.0007.2087	3.3.90.30.00	16000000	R$500.000,00	
136	02.08.01.12.361.0009.2048	4.4.90.52.00	15730000	R$50.000,00	
180	02.08.01.12.365.0009.2012	3.1.91.13.00	15001001	R$500.000,00	
513	02.28.01.04.122.0019.2003	3.3.90.14.00	15000000	R$39.442,99	
639	02.35.01.23.695.0016.2013	3.3.90.39.00	17040000	R$35.000,00	
640	02.35.01.23.695.0016.2013	3.3.90.36.00	17050000	R$61.700,00	
647	02.32.01.04.122.0019.2003	3.3.90.39.00	15000000	R$2.000,00	
738	02.16.01.06.182.0006.2064	3.3.90.30.00	17010000	R$37.859,00	
739	02.16.01.06.182.0006.2064	4.4.90.52.00	17010000	R$16.200,00	
6	03.01.01.10.122.0007.2014	3.1.90.92.00	16000000		R$50.000,00
7	03.01.01.10.122.0007.2014	3.1.90.92.00	16000000		R$100.000,00
21	03.01.01.10.301.0007.2038	3.3.90.39.00	16000000		R$850.000,00
25	03.01.01.10.301.0007.2038	4.4.90.52.00	16000000		R$252.064,76
27	05.01.01.04.122.0019.2046	3.3.90.39.00	17040000		R$8.496,00
32	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.30.00	16000000		R$2.774.962,08
34	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.30.00	16210000		R$481.000,00
41	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.39.00	16000000		R$2.000.000,00
53	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.92.00	16000000		R$293.208,35
55	03.01.01.10.302.0007.2024	4.4.90.52.00	16000000		R$329.764,81
101	02.08.01.12.361.0009.2018	3.3.90.39.00	15001001		R$500.000,00
124	02.08.01.12.361.0009.2048	3.3.90.30.00	15730000		R$50.000,00
294	02.12.01.04.126.0008.2020	3.3.90.30.00	17050000		R$3.632,95

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

Ficha	Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
374	02.16.01.04.122.0019.2007	3.3.90.36.00	17050000		R$4.302,86
514	02.28.01.04.122.0019.2003	3.3.90.30.00	15000000		R$28.872,02
517	02.28.01.04.122.0019.2003	4.4.90.52.00	17050000		R$12.841,15
519	02.28.01.04.122.0019.2004	3.3.90.39.00	15000000		R$10.570,97
520	02.28.01.04.122.0019.2004	3.3.90.39.00	17010000		R$54.059,00
620	02.31.01.25.752.0002.2033	3.3.90.39.00	17050000		R$9.388,74
641	02.35.01.23.695.0016.2013	3.3.90.39.00	17050000		R$29.885,84
645	02.32.01.04.122.0019.2003	3.3.90.14.00	15000000		R$2.000,00
692	02.32.01.11.331.0019.2029	3.3.90.47.00	17040000		R$35.000,00
697	02.32.01.28.843.0019.2028	4.6.91.71.00	15000000		R$500.000,00
709	02.31.01.04.122.0019.2007	3.3.90.36.00	17050000		R$1.648,46
TOTAL				R$8.381.697,99	R$8.381.697,99

Art. 2º - Fica alterado o Quadro Demonstrativo de Despesa, referente ao **Artigo 5°, da Lei municipal nº. 1.576 de 10 de dezembro 2024**, que institui a Lei Orçamentária Anual de 2025, para que passem a constar as devidas alterações.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Mangaratiba, 24 de outubro de 2025.

Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

DECRETO N.º 5.205, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Fixa o índice de atualização para o exercício de 2026 dos valores de lançamentos e cobranças de tributos quantificados em reais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o art. 363 da Lei n°. 28, de 30 de dezembro de 1994 – Código Tributário Municipal, autoriza o Poder Executivo a atualizar anualmente os valores de Lançamentos e Cobranças de tributos quantitativos em reais, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE;

CONSIDERANDO que a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE verificada no período de outubro de 2024 a outubro de 2025 foi de 4,68% (quatro inteiros e sessenta e oito por cento).

DECRETA:

Art. 1.º Ficam atualizados em 4,68% (quatro inteiros e sessenta e oito por cento) os valores de lançamentos e cobranças de tributos quantitativos em reais, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ocorrida entre os meses de outubro de 2024 a outubro de 2025, na forma do art. 363 da Lei n°. 28, de 30 de dezembro de 1994 – Código Tributário Municipal.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, 18 de novembro de 2025.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito

DECRETO N° 5.206, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, usando e suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 33, da Lei n°. 28, de 30 de dezembro de 1994 – Código Tributário Municipal.

DECRETO:

Art. 1.° Ficam estabelecidos os seguintes prazos para pagamento do **IPTU/2026**, o qual poderá ser quitado em Cota Única ou em dez cotas mensais, de acordo com as seguintes tabelas:

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DO IPTU – 2026 (COTA ÚNICA)

COTA ÚNICA		
Vencimento	**30/01/2026**	**27/02/2026**
Desconto	**15%**	**10%**

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DO IPTU – 2026 (PARCELADO)

PARCELAMENTO										
Cotas	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª	9.ª	10.ª
Vencimentos	27/02	31/03	30/04	29/05	30/06	31/07	31/08	30/09	30/10	30/11

Parágrafo Único. O valor de cada cota não poderá ser inferior a R$10,00 (dez reais).

Art. 2.° Não havendo expediente bancário em quaisquer dos prazos constantes no carnê de IPTU, o vencimento será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 3.° O pagamento em cotas deverá ser feito nos vencimentos e, em caso de atraso, ficará sujeito aos acréscimos moratórios legais.

Art. 4.° O pagamento de cada cota, independente de estarem pagas as anteriores, não presume a quitação das demais.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 5.º Considera-se legalmente notificado o contribuinte após a publicação do Edital comunicando o lançamento e os prazos de pagamento do IPTU/2026.

Art. 6.º A possibilidade de envio do carnê pelo Correio não desobriga o contribuinte de retirá-lo na repartição fiscal competente, bem como poderá ser impresso no site da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico: https://spe.mangaratiba.rj.gov.br/IPTU/guia.aspx.

Art. 7.º O prazo de impugnação ou pedido de revisão dos valores de lançamento será o mesmo do vencimento da primeira cota.

Art. 8.º As alterações nos valores do lançamento somente serão efetivadas após despacho fundamentado da autoridade competente, por meio de processo administrativo, sob pena de responsabilidade funcional e sujeitando o infrator às penalidades previstas no art. 3.º, da Lei Federal n°. 8.137, de 27 dezembro de 1990, a qual trata dos crimes contra a ordem tributária.

Art. 9.º Poderão ser feitos lançamentos complementares sempre que os dados cadastrais do imóvel estiverem com valores errados ou informações insuficientes ao correto enquadramento legal.

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor na data da publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data.

Mangaratiba, 18 de novembro de 2025.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

LEI Nº 1.617, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CASA DA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, conforme art. 92, inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica criada a Casa da Juventude de Mangaratiba, vinculada à Secretaria Municipal da Juventude, com a finalidade de promover o desenvolvimento social, educacional, cultural e profissional dos jovens do Município, garantindo espaços de formação, lazer, participação cidadã e inclusão.

Art. 2º A Casa da Juventude tem como objetivos:
I – Oferecer cursos, oficinas e capacitações voltadas ao mercado de trabalho, empreendedorismo e desenvolvimento de habilidades;
II – Promover eventos, palestras e rodas de conversa sobre temas como educação, saúde mental, esporte e cidadania;
III – Criar um ambiente seguro e acolhedor para que os jovens possam expressar suas ideias e desenvolver projetos sociais e comunitários;
IV – Incentivar a cultura e a arte, disponibilizando espaços para exposições, apresentações e atividades culturais;
V – Facilitar o acesso a informações e serviços públicos voltados à juventude;
VI – Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para ampliar oportunidades de qualificação e inserção profissional;
VII – Atuar como um ponto de referência para o Conselho Municipal da Juventude e outras instâncias de participação juvenil.

Art. 3º A Casa da Juventude contará, minimamente, com:
I – Salas para cursos e oficinas;
II – Espaço para eventos e reuniões;
III – Áreas de convivência e estudo;
IV – Estrutura administrativa para organização das atividades.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Parágrafo único. A gestão da Casa da Juventude será feita pela Secretaria da Juventude, podendo contar com voluntários, estagiários e profissionais contratados por meio de convênios e parcerias.

Art. 4º A Casa da Juventude atenderá jovens com idade entre 15 e 29 anos, prioritariamente residentes no Município de Mangaratiba, garantindo acesso gratuito às suas atividades.

Art. 5º O Município poderá firmar convênios, termos de cooperação e parcerias com entidades públicas e privadas para garantir o funcionamento e a ampliação das atividades da Casa da Juventude.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias após sua publicação, estabelecendo as diretrizes específicas para o funcionamento da Casa da Juventude.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 18 de novembro de 2025.

Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

/Mensagem n.º 014, de 27 de maio de 2025.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

LEI Nº 1.618, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, POR PRAZO DETERMINADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, INCISO IX DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, conforme art. 92, inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Esta Lei disciplina as contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos órgãos da Administração Direta e nas entidades que compõem a Administração Indireta do Município, consoante o disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição da República.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público a situação transitória que demande urgência na contratação ou no reforço de mão de obra para a realização ou a manutenção de serviço público essencial ou aquela em que a transitoriedade e a excepcionalidade do evento comprovadamente não justifiquem a admissão de pessoal efetivo ou não possa ser satisfeita pela Administração com os recursos humanos disponíveis no momento de sua ocorrência.

§1º Caracterizam-se como necessidade temporária de excepcional interesse público as seguintes hipóteses:

I – assistência às situações de calamidade pública;

II – combate a surtos endêmicos, epidemia, pandemia e a doenças sazonais;

III – assistência à emergência em saúde pública;

IV – admissão de profissional de nível técnico e superior especializado, em virtude do aumento transitório no volume de trabalho que, justificadamente, não possa ser atendido mediante a aplicação do artigo 76 da Lei nº 05, de 03 de maio de 1991;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

V – carência de pessoal em decorrência de afastamentos de servidores públicos efetivos decorrentes de vacância do cargo e de licenças previstas na Lei nº 05/1991 e para as quais o ordenamento jurídico não confira discricionariedade à Administração, vinculada aos casos em que o serviço público não puder ser desempenhado satisfatoriamente pelo quadro permanente de pessoal, ficando a duração do contrato por tempo determinado limitado ao período do afastamento;

VI – número de servidores efetivos insuficiente para a continuidade dos serviços públicos essenciais, desde que não haja candidatos aprovados em concurso público aptos à nomeação, ficando a duração dos contratos limitada ao provimento dos cargos mediante concurso público, que deve ser promovido de forma imediata, observadas, em todos os casos, as disposições do artigo 10 e do artigo 17, inciso V, desta Lei;

VII – carência de pessoal para o desempenho de atividades sazonais que não justifiquem a criação ou o provimento de cargos, especialmente:

a) as decorrentes de aumento desproporcional dos serviços de assistência à infância e adolescência e atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei, bem como para o tratamento de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA);

b) as que tenham por objeto técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos e convênios, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado a órgão ou entidade pública;

c) as que utilizem técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho que se caracterizem como projetos específicos criados por prazo determinado.

VIII – nas hipóteses previstas no artigo do art. 198 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

§2º Para os fins do inciso VI do § 1º deste artigo, consideram-se serviços públicos essenciais aqueles que sejam desenvolvidos nas áreas de saúde, defesa civil, educação, defesa da ordem pública, vigilância, assistência social e direitos humanos, meio ambiente e assistência à infância e à adolescência.

§3º As contratações a que se refere a alínea "b" do inciso VII do § 1º deste artigo serão vinculadas exclusivamente a projeto determinado, vedado o aproveitamento dos contratados para qualquer outro fim.

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, prescindindo de concurso público, ao qual deverá ser dada ampla divulgação prévia, segundo critérios objetivos previamente divulgados.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

§1º Para as contratações a que se refere o *caput* deste artigo, o Poder Executivo diligenciará para que sejam observados critérios objetivos e impessoais de recrutamento, além de assegurar ampla divulgação de todas as fases do processo de seleção de pessoal mediante publicação de edital no Diário Oficial do Município, sem prejuízo da divulgação em outros meios de comunicação, a critério da autoridade contratante.

§2º O edital de processo seletivo simplificado deverá conter, no mínimo:

I – o objeto da contratação temporária, nos termos do disposto no artigo 2º, *caput* da presente Lei;

II – o prazo de validade do processo seletivo simplificado;

III – o prazo de duração do contrato a ser celebrado, na forma do que dispõe o artigo 9º desta Lei;

IV – a qualificação técnica e/ou nível mínimo de escolaridade do servidor a ser contratado, desde que compatíveis com a natureza da função a ser desempenhada;

V – os critérios objetivos de seleção, os quais deverão estar expressos em cláusulas que explicitem os pressupostos mínimos de contratação, em consonância com a natureza e a complexidade da função a ser desempenhada;

VI – o número de vagas a serem preenchidas;

VII – a função e a carga horária;

VIII – a remuneração e as demais vantagens asseguradas aos contratados;

IX – as etapas do processo de seleção e o respectivo calendário; e

X – a indicação dos recursos orçamentários que farão face à despesa.

§3º Do total do número de vagas a serem preenchidas no processo seletivo, deverá ser reservado cinco por cento para os candidatos portadores de deficiência (Decreto Federal nº 9.508/2018), desde que a deficiência seja compatível com a atividade a ser exercida

§4º Do total do número de vagas a serem preenchidas no processo seletivo, deverá ser reservado vinte por cento do número de vagas para contratação de candidatos negros, indígenas e quilombolas de acordo com a Lei Federal nº 12.990/2014.

§5º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública e de emergência em saúde pública prescindirá de processo seletivo, podendo ser realizada a seleção de pessoal com base em análise curricular.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 4º As contratações de que trata esta Lei só poderão ser efetivadas em processo administrativo específico, o qual deverá ser instruído, obrigatoriamente:

I – com as justificativas acerca da ocorrência das situações que as autorizam;

II – com a caracterização da necessidade temporária de excepcional interesse público;

III – com a indicação do enquadramento da hipótese às situações descritas no § 1º do artigo 2º desta Lei; e

IV – com a declaração da autoridade competente sobre a existência de dotação orçamentária específica.

Parágrafo único. A geração da despesa para atender as contratações de que trata esta Lei deverá observar ainda, no que couber, as disposições previstas Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 5º Encerrado o processo seletivo simplificado, o resultado final deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, contendo a relação nominal dos candidatos aprovados e a respectiva ordem de classificação.

§1º O chamamento dos candidatos aprovados no processo seletivo deverá observar a ordem de classificação decorrente do resultado da seleção, em observância aos princípios da isonomia, da impessoalidade, da legalidade, da publicidade, da moralidade e da transparência da Administração.

§2º A realização de processo seletivo constitui-se do meio próprio e regular para a habilitação de candidatos para contratação de que trata esta Lei, tratando-se de ato vinculado para a Administração, razão pela qual é vedada a contratação de pessoas não inscritas no certame ou que tiveram sua inscrição indeferida.

Art. 6º Os contratos por tempo determinado a serem celebrados pela Administração deverão ser publicados por meio de extrato no Diário Oficial do Município, o qual deverá conter no mínimo:

I – nome do contratado;

II – órgão de lotação;

III – prazo de duração do contrato, com especificação das datas de início e término da prestação dos serviços;

IV – função e remuneração mensal;

V – fundamentação legal da contratação, com indicação expressa do artigo, inciso e alínea em que se deu a contratação.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 7º O contratado por prazo determinado deverá preencher os seguintes requisitos mínimos:

I – ser brasileiro, ou estrangeiro, na forma da lei;

II – ter completado 18 (dezoito) anos de idade;

III – estar no gozo dos direitos políticos;

IV – estar quite com as obrigações militares, conforme o caso;

V – gozar de boa saúde física e mental;

VI – não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das funções;

VII – possuir escolaridade ou habilitação profissional específica para o exercício das funções, conforme o caso;

VIII – atender às condições especiais previstas em lei ou decreto para o desempenho da função, se for o caso.

§1º A comprovação do requisito previsto no inciso VII deverá ser feita mediante apresentação de cópia reprográfica, acompanhada do original do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido para a função, bem como Registro no respectivo Conselho Regional de Classe, quando for o caso.

Art. 8º As contratações de que trata esta Lei serão efetivadas mediante contrato sob o regime jurídico-administrativo especial.

Art. 9º As contratações por tempo determinado serão celebradas pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, admitidas dentro desse prazo tantas prorrogações quantas se fizerem necessárias, sendo que em hipótese algumas tais contratações poderão se dar por prazo indeterminado.

Parágrafo único. As prorrogações de prazo previstas no *caput* deste artigo deverão ser previamente justificadas mediante demonstração pormenorizada da manutenção da situação de necessidade temporária de excepcional interesse público que as originou, a serem comprovadas em processo administrativo específico.

Art. 10. É vedado ao pessoal contratado na forma desta Lei receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato, assim como ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, participar de comissões ou ser cedido a outro órgão ou setor, bem como receber abono ou gratificação.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no *caput* deste artigo importará na nulidade da contratação.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 11. Não será permitida a contratação, na forma desta Lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas no artigo 37, inciso XVI da Constituição da República.

Art. 12. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos do Decreto Municipal nº 5.030, de 17 de maio de 2024 o disposto nos artigos 69 a 70; 72 a 74; 75 a 77; 108, §1º e §3º; 112 a 113; 115, incisos I a II, 128 a 132; 133, incisos I a V, alíneas "a" e "c", VI a XII; 134; 139; 144, incisos I, II, III a 147; 149 da Lei nº 05 de maio de 1991, devendo o respectivo procedimento sancionador ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 13. Serão assegurados aos contratados na forma desta Lei:

I – licença maternidade;

II – licença paternidade;

III – férias anuais, inclusive proporcionais, acrescidas do terço constitucional; 108, §1º e §3º/112 e 113;

IV – décimo terceiro salário, inclusive proporcional;

V – remuneração correspondente ao padrão e classe inicial do cargo público correspondente à função a ser desempenhada.

Art. 14. Os contratados com base nesta Lei serão obrigatoriamente vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, por força do que dispõe o artigo 40, § 13, da Constituição da República.

Art. 15. O contrato por tempo determinado extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo estabelecido na contratação;

II – por iniciativa do contratado;

III – por conveniência da Administração e/ou a juízo da autoridade que procedeu à contratação;

IV – pelo cometimento de infração contratual ou legal por parte do contratado, apurada em regular processo administrativo e assegurada a ampla defesa;

V – no caso de ser ultimado, com nomeação de candidatos, o concurso público com vistas ao provimento de vagas correspondentes às funções desempenhadas pelos servidores contratados com base nesta Lei;

VI – com retorno do titular do cargo público, na hipótese prevista no artigo 2º, §1º, inciso V da presente Lei;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

VII – na hipótese de o contratado assumir mandato eletivo que implique afastamento do serviço;

VIII – na hipótese do contratado faltar ao trabalho por 03 (três) dias consecutivos ou 05 (cinco) dias intercalados em um período de 12 (doze) meses, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença do contratado, desde que devidamente comprovada por atestado médico, a ser apresentado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do primeiro dia de afastamento;

IX – na hipótese de afastamento por motivo de doença do contratado por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos.

§1º A extinção do contrato nas hipóteses previstas nos incisos II e III deste artigo deverá ser comunicada ao contratado com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§2º Na hipótese de afastamento por motivo de doença do contratado por prazo superior a 03 (três) dias consecutivos e inferior ou igual a 15 (quinze) dias consecutivos, o abono das faltas dependerá de laudo conclusivo da Junta Médica do Município.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários à execução do disposto nesta Lei.

Art. 17. Aplicam-se ao Poder Legislativo, no que couber, as disposições de que trata a presente Lei.

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor na data desta publicação.

Art. 19. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 18 de novembro de 2025.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito

/Mensagem nº 24/2025.

PROCON
MANGARATIBA - RJ

CADASTRO MUNICIPAL DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS

PUBLICAÇÃO DO MÊS DE AGOSTO DE 2025

(Comunicação sobre o Cadastro de Reclamações Fundamentadas – PROCON Mangaratiba)

Conforme exige o art. 44 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), os órgãos de defesa do consumidor têm o dever de manter e divulgar um cadastro público e atualizado das reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços. Esse cadastro deve ser divulgado anualmente e permitir que qualquer pessoa acesse as informações para orientação ou consulta.

Quando um consumidor registra uma reclamação no PROCON, esse é um processo administrativo para buscar uma solução extrajudicial junto ao fornecedor. Por isso, é essencial que o PROCON decida claramente se cada reclamação é “fundamentada” ou “não fundamentada” — isto é, se há base concreta para a queixa.

Chama-se de “Fundamentada” aquela reclamação que:

1. envolve partes legítimas (consumidor e fornecedor);
2. pertence a uma relação de consumo;
3. se apoia em elementos que a tornem crível ou verossímil.

Incluir um fornecedor no Cadastro de Reclamações Fundamentadas não é apenas uma formalidade: é um ato

PROCON MANGARATIBA - RJ

administrativo voltado para informar a sociedade e os consumidores sobre a postura desses fornecedores frente às reclamações recebidas. Esse cadastro tem caráter educativo e preventivo.

É importante destacar que não entram no cadastro:

- consultas simples, denúncias ou reclamações que não atendem aos critérios de fundamentação;

- reclamações canceladas ou encerradas por desistência, abandono pelo consumidor, falta de comparecimento, ou registros feitos apenas para publicidade.

O PROCON de Mangaratiba está em dia com essas decisões desde o final de julho de 2025. Em anexo, enviamos a lista de decisões fundamentadas de reclamações registradas em agosto. Essas informações foram lançadas no sistema ProConsumidor do Ministério da Justiça, que também é usado pelo nosso órgão municipal.

Se você — consumidor, fornecedor, procurador ou qualquer pessoa interessada — não conseguir encontrar a decisão no sistema ou não tiver acesso a ele, pode fazer um pedido formal de informação ao PROCON Municipal de Mangaratiba. Para isso:

Endereço: Avenida Vereador Célio Lopes, nº 61 – Sala do Empreendedor, Centro, Mangaratiba/RJ
E-mail: procon.atendimento@mangaratiba.rj.gov.br
Telefone / WhatsApp: (21) 99311-8546

Basta informar o número da solicitação para receber a decisão.

AvenidaVereadorCélioLopes,61–SaladoEmpreendedor,Centro–Mangaratiba/RJ E-mail:procon.atendimento@mangaratiba.rj.gov.brTelefone: (21) 99311-8546

PROCON
MANGARATIBA - RJ

Para proteger a privacidade do consumidor, não publicamos nomes nem dados pessoais no cadastro — apenas o nome do fornecedor aparece publicamente. Se a reclamação contém informações sigilosas (por exemplo, dados bancários), apenas o consumidor ou seu procurador constituído pode acessá-las. Não é necessário reconhecimento de firma se for advogado inscrito na OAB; aplica-se também o que prevê a Lei Municipal nº 1.406/2022 sobre atendimento desses profissionais.

gov.br Documento assinado digitalmente
RODRIGO PHANARDZIS ANCORA DA LUZ
Data: 19/11/2025 00:09:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ASSINADO ELETRONICAMENTE
Rodrigo Phanardzis Ancora da Luz
Coordenador Executivo do PROCON
(Portaria n.º 2912 de 10/06/2025 – Pág. 03 do DOM 2297)

AvenidaVereadorCélioLopes,61–SaladoEmpreendedor,Centro–Mangaratiba/RJ E-mail:procon.atendimento@mangaratiba.rj.gov.brTelefone: (21) 99311-8546

PROCON MANGARATIBA - RJ

CADASTRO MUNICIPAL DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS

RESULTADOS DE DECISÕES DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS DE AGOSTO DE 2025

25.08.0074.001.00002-3 – Fundamentada – Não Atendida – ENEL DISTRIBUIÇÃO RIO (AMPLA)

25.08.0074.001.00004-3 – Fundamentada – Atendida – CEDAE

25.08.0074.001.00005-3 – Fundamentada – Não-Atendida – APPLE

25.08.0074.001.00008-3 – Fundamentada – Não-Atendida – PAULISTA SERVIÇOS; Fundamentada – Não-Atendida – BRADESCO

25.08.0074.001.00010-3 – Fundamentada –Atendida – CEDAE

25.08.0074.001.00011-3 – Fundamentada – Não Atendida – ENEL DISTRIBUIÇÃO RIO (AMPLA)

25.08.0074.001.00014-3 – Fundamentada – Atendida – CEDAE

25.08.0074.001.00017-3 – Fundamentada – Não-Atendida – SP GESTÃO DE NEGÓCIOS

25.08.0074.001.00018-3 – Fundamentada – Atendida – SERASA EXPERIAN

25.08.0074.001.00020-3 – Fundamentada – Não-Atendida – UNIMED FERJ

25.08.0074.001.00021-3 – Fundamentada – Atendidas – CEDAE

25.08.0074.001.00022-3 – Fundamentada – Não-Atendida – SAMSUNG

AvenidaVereadorCélioLopes,61–SaladoEmpreendedor,Centro–Mangaratiba/RJ E-mail:procon.atendimento@mangaratiba.rj.gov.brTelefone: (21) 99311-8546

PROCON MANGARATIBA - RJ

25.08.0074.001.00024-3 – Fundamentada – Não-Atendida – FACULDADE ÚNICA

25.08.0074.001.00026-3 – Fundamentada –Atendida – CEDAE

25.08.0074.001.00027-3 – Fundamentada – Não-Atendida – CASAS BAHIA; Fundamentada – Não-Atendida – BRADESCO; Fundamentada – Não-Atendida – BRADESCARD

25.08.0074.001.00030-3 – Fundamentada – Não Atendida – CLARO

25.08.0074.001.00032-3 – Fundamentada –Atendida – CEDAE

25.08.0074.001.00033-3 – Fundamentada –Atendida – AGUAS DO RIO 1

25.08.0074.001.00034-3 – Fundamentada –Atendida – CEDAE

25.08.0074.001.00040-3 – Fundamentada – Não Atendida – PAGSEGURO INTERNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

Mangaratiba, 19 de novembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
RODRIGO PHANARDZIS ANCORA DA LUZ
Data: 19/11/2025 00:09:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Rodrigo Phanardzis Ancora da Luz

Coordenador Executivo do PROCON

(Portaria n.º 2912 de 10/06/2025 – Pág. 03 do DOM 2297)

AvenidaVereadorCélioLopes,61–SaladoEmpreendedor,Centro–Mangaratiba/RJ E-mail:procon.atendimento@mangaratiba.rj.gov.brTelefone: (21) 99311-8546

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Subsecretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nívea Marques

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

Impressão:
Subsecretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal